

**2ª. Seção –
Direito Administrativo**

***Section 2 –
Administrative Law***

**A) Licitação e Contratos
Administrativos**

***A) Bidding and
Administrative Contracts***

DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR AO DIREITO ADMINISTRATIVO INCENTIVADOR: A EVOLUÇÃO NECESSÁRIA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS EM DIÁLOGO COM A EXPERIÊNCIA ITALIANA

FROM SANCTIONING ADMINISTRATIVE LAW TO INCENTIVIZING ADMINISTRATIVE LAW: THE NECESSARY EVOLUTION OF BRAZILIAN PUBLIC PROCUREMENT IN DIALOGUE WITH THE ITALIAN EXPERIENCE

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *Visiting Professor* na *Università di Roma La Sapienza*, na Itália. *Chercheur Invité* na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, na França. *Chercheur Invité* na *Université Paris 2 Panthéon-Assas*, na França. Pesquisador visitante na Universidade Comercial Luigi Bocconi de Milão. *Research Assistant* na *Harvard Law School* do Professor Roberto Mangabeira Unger, *Roscoe Pound Professor of Law*. Advogado e Parecerista.

ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-8156-7687>].

DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.36.DalPozzo>].

augusto@dalpozzo.com.br

Recebido: 20.08.2025. Received: 20th Aug. 2025.
Aprovado: 30.09.2025. Approved: 30th Sept. 2025.

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

RESUMO: O artigo propõe a transição do modelo tradicional de Direito Administrativo Sancionador para um paradigma inovador de Direito Administrativo Incentivador (DAI), com foco na obtenção de resultados mensuráveis e valor público sustentável nas contratações públicas brasileiras. A partir de uma análise comparativa entre o PNRR italiano e o Novo PAC brasileiro, o autor defende que a efetividade das políticas públicas depende da criação de incentivos

ABSTRACT: This article proposes a paradigm shift in Brazilian public procurement, moving from a punitive-based Sanctioning Administrative Law model to an Incentive-Based Administrative Law (DAI) framework aimed at producing measurable results and sustainable public value. Drawing on a comparative study between Italy's PNRR and Brazil's New PAC, the author argues for governance anchored in SMART goals, interdisciplinary expertise, digital platforms, and

positivos, de uma governança baseada em metas Smart, interdisciplinaridade, tecnologia e da atuação dos órgãos de controle como curadores de valor público. O estudo fundamenta-se em experiências empíricas, economia institucional e Direito comparado, e propõe reformas jurídicas, institucionais e culturais capazes de alinhar o aparato estatal brasileiro à lógica da Administração por Resultado, adotando ferramentas como *project finance*, painéis digitais, auditorias de desempenho e mecanismos regulatórios responsivos. O Direito, assim, assume papel central na reconstrução do Estado como plataforma de desenvolvimento, inovação e inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Administrativo Incentivador – Administração por Resultado – Contratações Públicas – *Project Finance* – Governança Pública.

performance-based audits. The study suggests that public administration must evolve from formal procedural control toward goal-oriented regulatory mechanisms, with emphasis on responsive regulation, project finance, and dynamic risk sharing. Inspired by the Italian model, the article outlines legal, institutional, and cultural reforms necessary to transform Brazil's fragmented normative landscape into a cohesive system that fosters innovation, transparency, and socioeconomic impact. The legal system is called to play a transformative role, enabling the public sector to function as a driver of inclusive and sustainable development.

KEYWORDS: Incentive-Based Administrative Law – Performance-Based Governance – Public Procurement – Project Finance – Public Value.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O PNRR italiano: fundamentos, arquitetura e metas. 3. O novo PAC brasileiro e a política federal de PPPs e concessões. 4. Convergências e divergências entre PNRR e novo PAC. 5. A virada para a administração por resultado: fundamentos teóricos, desafios de controle e mudança paradigmática. 6. Interdisciplinaridade como condição de sucesso dos PPPs contemporâneos. 7. *Project Finance* como instrumento de alavancagem, mitigação de riscos e mobilização de capitais sustentáveis. 8. Codificação e reforma legislativa: Itália 2023 versus Brasil 2021. 9. Governança, integridade e *accountability*. 10. Instituições, categorias jurídicas e fortalecimento institucional. 11. Conclusão. 12. Referências.

1. INTRODUÇÃO

As¹ reflexões articuladas neste texto amadureceram durante o mergulho acadêmico como *visiting reseacher* na Università Bocconi, em Milão, com o intuito de aprofundar meus estudos pós-doutorais sobre contratação pública de longo prazo, governança por resultados e economia comportamental aplicada ao setor público. A convivência diária com pesquisadores europeus de múltiplas disciplinas, aliada ao acesso a estudos de caso de alta complexidade, permitiu germinar a matriz

-
1. Como citar este artigo | *How to cite this article:* DAL POZZO, Augusto Neves. Do direito administrativo sancionador ao direito administrativo incentivador: a evolução necessária das contratações públicas brasileiras em diálogo com a experiência italiana. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, São Paulo, v. 10, n. 36, p. 67-89, jan.-mar. 2026. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.36.DalPozzo].